



PODERA JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Milton José Neves

020  
192  
C.D.

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0172200-1**

**APELANTE:** JOSÉ SUZANO DA SILVA E OUTRO

**APELADO:** ANTÔNIO JOAQUIM ALVES E OUTRO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**ACÓRDÃO N.º 124/2010**

5728  
- Cumprido

**EMENTA:** DIREITO PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO EM RAZÃO DO LUGAR. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 95 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRELIMINAR REJEITADA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. PETIÇÃO INICIAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 282 DO CPC. PRELIMINAR REJEITADA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. DESACOLHIMENTO. PETIÇÃO INICIAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS DOS ARTS. 282 E 283 DO CPC. PRELIMINAR DE NULIDADE DA CITAÇÃO. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. PRELIMINAR DE REVELIA. INSTRUMENTO PROCURATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS ANTES DA SENTENÇA. INAPLICÁVEL O DISPOSTO NO ART. 13, II, DO CPC. PRECEDENTE DO STJ. PRELIMINAR REJEITADA. POSSE PRECÁRIA. ESBULHO CONFIGURADO. *DECISUM* MANTIDO. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em rejeitar a preliminar de incompetência do juízo; por unanimidade, em rejeitar a preliminar de inépcia da inicial; por unanimidade, em rejeitar a preliminar de ausência de pressuposto processual; por unanimidade, em rejeitar a preliminar de nulidade da citação; por unanimidade, em rejeitar a preliminar de revelia; no mérito, por unanimidade, em negar provimento à apelação.*

Recife, 07 de maio de 2010.

  
Des. Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0172200-1**

**APELANTE:** JOSÉ SUZANO DA SILVA E OUTRO

**APELADO:** ANTÔNIO JOAQUIM ALVES E OUTRO

**RELATOR:** DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

**RELATÓRIO**

**Apelação Cível interposta por:**

JOSÉ SUZANO DA SILVA E OUTRO

**Contra sentença proferida em:**

Ação de reintegração de posse

**Da lavra do Juízo da:**

Vara Única da Comarca de Cumaru

**Na qual são partes:**

ANTÔNIO JOAQUIM ALVES (autor apelado) e JOSÉ SUZANO DA SILVA (réu apelante)

**Discute-se na causa, em síntese:**

O direito do recorrente de se reintegrar na posse do imóvel descrito na inicial, em razão de esbulho praticado pela filha e pelo genro dos falecidos empregados da Fazenda Extrema que, por trabalharem, à época, na referida propriedade, foram autorizados pelos proprietários a residirem em uma casa situada no terreno que a compõe. Os apelantes apresentaram contestação, alegando ser a posse do imóvel mansa e pacífica.



022  
194

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

---

**O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:**

O magistrado *a quo* julgou procedente o pedido autoral, pois, ao considerar que a posse dos réus era precária, vislumbrou estar configurado o esbulho.

A parte apelante suscitou as preliminares de incompetência do juízo, de inépcia da inicial, de ausência de pressuposto processual e de nulidade de citação.

Já a parte apelada levanta a preliminar de ausência de pressuposto processual.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Que o julgamento proferido pelo Juízo *a quo* não merece prosperar, já que fundamenta a ocorrência do esbulho em depoimentos que não permitem concluir que os apelantes tenham realmente esbulhado a posse dos apelados e, ainda, por divisar que a magistrada não deve considerar o dia do falecimento como marco para a configuração do esbulho.

Em suas contrarrazões, a parte apelada sustenta o desprovimento do apelo.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife, 04 de maio de 2010.

  
Desembargador Milton José Neves  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

VOTO

**- PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO**

**Ementa:** Apelação Cível. Preliminar de incompetência do Juízo em razão do lugar. Ação reintegratória de bem imóvel. Preenchimento dos requisitos do art. 95 do Código de Processo Civil. Preliminar rejeitada.

**Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte apelante:**

Os apelantes afirmam ser o processo absolutamente nulo em virtude ter sido a ação aforada em município diverso do da situação do imóvel.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

A postulação exposta na apelação não merece guarida, vez que o imóvel está situado numa região limítrofe entre os municípios de Bezerros e Cumaru, conforme se pode averiguar no laudo de avaliação de fl. 152. Assim, por estar comprovado que o imóvel situa-se em região limítrofe, não se configura a hipótese de incompetência do juízo em razão do lugar, preenchendo a petição inicial os requisitos do art. 95 do Código de Processo Civil.

**Como resultado do meu voto:**

Rejeito a preliminar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**- PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL**

**Ementa:** Preliminar de inépcia da inicial. Petição inicial que atende aos requisitos do art. 282 do CPC. Preliminar rejeitada.

**Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:**

Os apelantes alegam a preliminar de inépcia da petição inicial, defendendo que há ausência dos requisitos constantes dos arts. 39, 282, nos incisos II, III e VI e 927, todos do Código de Processo Civil, sem apresentar qualquer justificativa para sua alegação.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

A alegação dos apelantes não merece guarida, já que todos os requisitos constantes dos artigos citados foram devidamente observados.

**Como resultado do meu voto:**

Rejeito a preliminar.



025 192 ✓

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**- PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL**

**Ementa:** Preliminar de ausência de pressuposto processual. Desacolhimento. Petição inicial que atende aos requisitos dos arts. 282 e 283 do CPC.

**Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:**

Os apelantes alegam vício de representação em relação à autora Maria Lúcia Moreira Alves, aduzindo que esta não coligiu aos autos instrumento de procuração para seu subscritor.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

A postulação dos apelantes não merece prosperar, posto que, conforme se percebe no instrumento procuratório coligido à fl. 06, o causídico encontra-se devidamente habilitado para representar a apelada. Portanto, encontram-se preenchidos os requisitos do art. 282 e 283 do Código de Processo Civil.

**Como resultado do meu voto:**

Rejeito a preliminar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**- PRELIMINAR DE NULIDADE DA CITAÇÃO**

**Ementa:** Direito Processual Civil. Apelação Cível. Ação reintegração de posse. Preliminar de Nulidade da Citação. Rejeição da preliminar.

**Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:**

Alegam os apelantes, de maneira vaga, que a citação foi realizada quando as pessoas a serem citadas não estavam em condição para tal.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

Conforme o anteriormente relatado, pretende os recorrentes a anulação da sentença proferida pelo douto Juízo *a quo*, sob o fundamento de que a citação fora realizada em desconformidade com a legislação processual vigente.

Compulsando os autos, vislumbro que não houve qualquer irregularidade que pudesse ensejar a decretação da nulidade da citação. Encontra-se, portanto, devidamente atendida a disposição do art. 214 do Código de Processo Civil.

**Como resultado do meu voto:**

Rejeito a preliminar suscitada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**- PRELIMINAR DE REVELIA**

**Ementa:** Preliminar de revelia. Instrumento procuratório juntado aos autos antes da sentença. Inaplicável o disposto no art. 13, II, do CPC. Precedente do STJ. Preliminar rejeitada.

**Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:**

Os apelados requerem a decretação da revelia em virtude de ter o patrono dos apelantes apresentado contestação sem estar habilitado nos autos não procedendo com a juntada desta.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

A postulação dos apelantes não merece prosperar, posto que, conforme se pode verificar, o instrumento procuratório foi coligido à fl. 94, encontrando-se sanado o vício. Assim, não se aplica o disposto no art. 13, II, do CPC, pois já se decidiu que, “ainda que intempestiva, se a regularização da representação ocorreu antes da sentença, afasta-se a revelia cominada (...).” (STJ – 3ª T., REsp 758.136, Min. Gomes de Barros, J. 16.10.07)

**Como resultado do meu voto:**

Rejeito a preliminar.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Milton José Neves*

**MÉRITO**

**Ementa:** Apelação Cível. Ação reintegratória de bem imóvel. Posse precária. Esbulho configurado. *Decisum* mantido. Negativa de provimento ao recurso.

A fim de facilitar o deslinde da controvérsia perante este órgão julgador, enfrentarei a questão meritória em tópico:

\* \* \*

A respeito da única tese recursal de mérito:

O apelante reitera os fundamentos expendidos na contestação, formulando, ainda, novo pedido no sentido de se condenar a parte autora ao pagamento de indenização a título de danos morais.

**Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:**

Perlustrando os autos, entendo que as razões do apelo não merecem prosperar, já que diante das provas acostadas, ficou claramente comprovada a configuração do esbulho praticado pelos apelantes.

De acordo com o art. 926 do Código de Processo Civil, “o possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no de esbulho”.

Diante do exposto, diviso que deve ser mantida a sentença ora vergastada, devendo ser rechaçado o pleito recursal.

\* \* \*

**Como resultado do meu voto:**

Nego provimento à apelação.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
Gabinete Des. **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Apelação Cível nº 172200-1**

**Apelante – JOSÉ SUZANO DA SILVA E OUTRO**

**Apelado – ANTONIO JOAQUIM ALVES E OUTRO**

**Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES**

**Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**REVISÃO**

Trata-se o presente, de Apelação Cível interposta por José Suzano da Silva e outro, irresignados com a sentença proferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Cumaru, que nos autos na Ação de Reintegração de Posse, promovida por Antonio Joaquim Alves e outro, julgou o pedido atorial procedente e lhes deferiu a reintegração de posse de sua propriedade, com a condenação dos Apelantes no pagamento dos encargos processuais.

Insatisfeitos os Apelantes recorreram da decisão, arguindo preliminarmente a incompetência do Juízo, sob a afirmação de que o imóvel reivindicado encontra-se situado no Município de Bezerros, onde deveria tramitar o presente feito, inépcia da petição inicial, ausência de pressupostos processuais, a nulidade da citação, enquanto, no mérito, pedem a reforma da sentença. Já os Apelados preliminarmente pedem a aplicação da revelia dos Apelantes, pois não apresentaram o instrumento procuratório no tempo oportuno e, no mérito, o improvimento do Apelo.

**Preliminar de Incompetência do Juízo**

Descabe a preliminar argüida, vez que o imóvel ocupa parte do território dos dois municípios, Bezerros e Cumaru, e a invasão resultou na área situada no Município de Cumaru, o que autoriza a propositura da ação na Comarca de Cumaru, diante da opção deferida aos Apelados.

Ademais, a ação reintegratória teria de ser, como foi, promovida no local onde se encontravam os invasores, ora Apelantes.

Assim, não existe dúvida sob a competência do juiz sentenciante, pelo que deve ser rejeitada a preliminar argüida.

É como voto  
Recife,

Des. Silvio de Arruda Beltrão – Revisor

030  
202

### Preliminar de Inépcia da Inicial

Não vejo como acolher a preliminar argüida, vez que a ação foi promovida contra a pessoa certa, que esteve presente aos autos, ofereceu defesa e até recurso de Apelação, sem sofrer qualquer prejuízo de ordem processual.

Da mesma forma, os fatos narrados na peça inicial foram suficientes para a oferta da defesa e a decisão do julgador, alicerçada inclusive na prova documental e testemunhal apresentada.

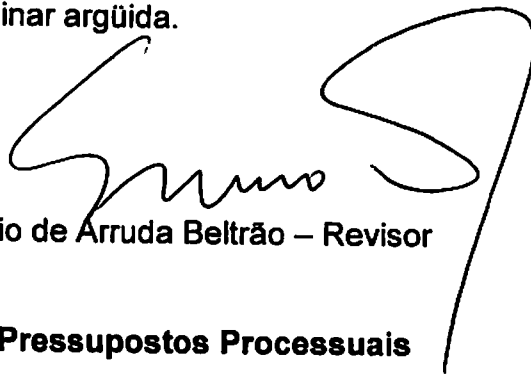
Logo, não se pode dizer que a inicial é uma peça de alta perfeição técnica, mas suficiente e capaz de permitir o entendimento das partes e a prolação de decisão pelo juiz da causa, sem qualquer dificuldade ou dúvida sobre o que nela contém.

Assim, rejeito a preliminar argüida.

É como voto.

Recife,

4/5/10



Des. Silvio de Arruda Beltrão – Revisor

### Preliminar de Ausência de Pressupostos Processuais

Descabe, também, a referida preliminar ao afirmar que faltou a outorga da esposa do Apelado no instrumento procuratório juntado aos autos.

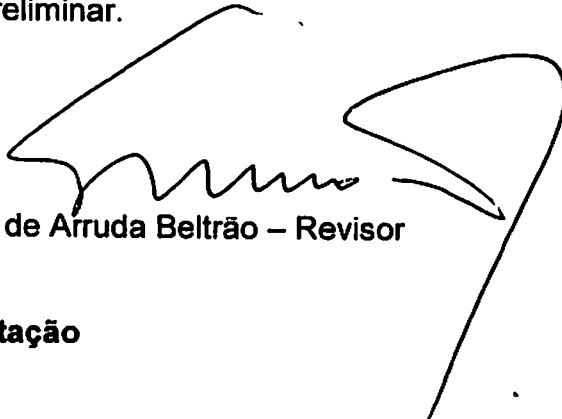
Não é bem assim, o instrumento procuratório de fls. 06 fora outorgado pelo Apelado e sua esposa Maria Lucia Moreira Alves, que assina o instrumento juntamente com o seu marido, como se pode observar do referido documento.

Desta forma, rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife,

4/5/10



Des. Silvio de Arruda Beltrão – Revisor

### Preliminar de Nulidade de Citação

Não vejo como acolher a preliminar levantada, de nulidade de citação, vez que o oficial de justiça compareceu ao local residencial dos

032  
207

Apelantes e como não obteve êxito certificou o ocorrido e pediu que o ato fosse praticado com arrombamento, pois existiam sinais de que os Apelantes estavam no interior da casa, com as portas fechadas (fls. 69/30), em 17 de julho de 2007.

A Juíza autorizou a realização da citação com arrombamento e nova diligência foi realizada, (fls 47 e 48) quando então os réus, ora Apelantes foram citados e intimados para todos os atos do processo, em 24 de agosto de 2007.

Acontece, porém, que os réus já conheciam os termos do processo, pois no dia 17 de maio de 2007 o seu patrono já tinha subscrito a petição de fls. 33/36, rebatendo todos os termos da ação proposta e arrolando testemunhas.

Ora, como se pode vir alegar nulidade de citação, se antes dela ocorrer o patrono dos réus já tinha elaborado petição de defesa, oferecendo contestação e quando é sabido que o comparecimento espontâneo do réu suprir a falta ou nulidade de citação.

Logo, descabe a preliminar argüida, que deve ser rejeitada.

É como voto.

Recife,

4/5/10  
  
Des. Silvio de Arruda Beltrão – Revisor

#### **Preliminar de Revelia pelos Apelados**

Os Apelados argüem a preliminar de revelia dos Apelantes, sob a afirmação de que o instrumento procuratório só foi apresentado fora do tempo próprio.

Ora, como disse anteriormente, em uma das preliminares argüidas pelos Apelantes, os mesmos já tinham apresentado contestação sem o instrumento procuratório, o que fizeram novamente juntando as procurações datadas de 7/8/2007, ou seja, antes da efetivação da sentença.

Ademais, a juntada dos instrumentos procuratórios nesta oportunidade apresenta-se como erro material, que nenhum prejuízo causa aos apelados.

Por isso, rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife,

4/5/10  
  
Des. Silvio de Arruda Beltrão - Revisor

032  
204

**QUANTO AO MÉRITO:**

A sentença prolatada não merece qualquer reforma.

Houve o esbulho, comprovadamente apurado no processo reintegratório, e a sua comprovação autoriza, como autorizou, a procedência do pedido reintegratório.

Assim, satisfeitas as exigências legais pertinentes à matéria, outra alternativa não tinha a Juíza sentenciante, senão julgar o pedido exordial procedente.

Isto posto, nego provimento ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Revisor